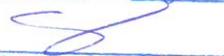


Processo Nº	710101/18		
Data	21/3/18	Fls	000
Rubrica			

Balanço Geral 2017
UG 710101

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A UG 710101 – SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.351.589/0001-29, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, 1031 - Bloco, 12 – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS.

As atividades operacionais da UG 710101 são amparadas pela Lei Estadual nº 4.982, de 14 de março de 2017, em que altera e acrescenta dispositivos à Lei n. 4.640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de MS, publicada em Diário Oficial n. 9.369 de 15 de março de 2017, regulamentado pelo Decreto “O” n. 019, de 27 de março de 2017, e pela Lei Estadual n. 4.976, de 29 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2017.

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 14 de março a 31 de dezembro.



Processo nº	F 1100009d18
Data	29 3 18
Fis	201
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.



Processo Nº	711000.090118		
Data	27/3/18	Fls	202
Rubrica			

Balanço Geral 2017
UG 710101

1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário.

É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

1.1 DOTAÇÃO ATUALIZADA

DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR
Suplementação SEPAF	17.732.928,02
Suplementação SECTEI	5.347.301,92
Suplementação SEMADE	5.960.897,69
Dotação Atualizada	29.041.127,63

1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 14.573.445,83 e é obtido por meio da diferença entre a despesa autorizada no período R\$ 27.914.300,26 a despesa empenhada R\$ 13.340.854,43 o destaque 122.723,40.



Processo N°	711000.00018
Data	27/3/18 Fls 203
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

2-BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

2.1 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O Balanço Financeiro Evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Recebidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22.335.465,44	0,00	22.335.465,44
TOTAL	22.335.465,44	0,00	22.335.465,44

2.2 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

O Balanço Financeiro Evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	580.908,01	0,00	580.908,01
TOTAL	580.908,01	0,00	580.908,01



Processo Nº	711000.000118		
Data	27/3/18	Fls	204
Rubrica			

3-BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Ativo Circulante

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

- **Conta Única – Tesouro**

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

- **Demais Contas**

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.



Processo Nº	711000.09018
Data	27/3/18 FIs 205
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

- **Aplicações Financeiras** Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos aplicados no mercado financeiro, os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

3.2 ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Ativo Não Circulante

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

Realizável A Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

3.4 IMOBILIZADO

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares.

Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.



Processo Nº	711000.09018
Data	21/3/18
Fls	206
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial e de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização Patrimonial (Unidade Gestora 550101).

- **Bens Móveis** - Compreende os valores somados de R\$ 7.771.193,91-Bens Móveis com o valor de R\$ 5.920.169,45-Bens Móveis de Terceiros em Poder do Estado, perfazendo o total de R\$ 13.691.363,36(treze milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) no SPF e no SISPAT – Sistema de Patrimônio no Relatório Sintético de Inventário dos Bens Móveis o valor R\$ 13.666.432,23 mais o valor de estoque interno de R\$ 25.342,04, totalizando o valor do SPF e o valor de R\$ 10.447,44 do Almoarifado.
- **Bens Imóveis** - Compreende o valor R\$ 55.325,02 (cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e dois centavos) no Sistema de Patrimônio, tivemos em contato com a Superintendência de Contabilidade-Geral do Estado/SEFAZ, juntamente com a pessoa responsável do Sistema Patrimonial da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização/SAD-UG 550101, órgão de controle patrimonial e de centralização dos bens da administração direta, nos relatou que houve um problema no Sistema Patrimonial-SISPAT no período de março a outubro, mais que, estava tomando as devidas providências, conforme Ofício n. 4.494/SUPAT/GAB/SAD, de 29 de dezembro de 2017, enviando para esta Secretaria.
- **(-) Depreciação Acumulada- Bem Móveis** - Compreende o valor de R\$ 1.297.781,70 (hum milhão, duzentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta centavos), com relação à depreciação no valor de R\$ 410,91 registro efetuado em contas distintas no SPF na conta 12.381.01.04 e no SISPAT na conta de Bens de Terceiros em Poder do Estado-Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a



Processo Nº	711000.090/18		
Data	27/3/18	Fis	207
Rubrica			

Balanço Geral 2017
UG 710101

desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal no 162/1998.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO

Passivo Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

3.5 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

- **Pessoal a Pagar** - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.



Processo Nº	711.000.090/18		
Data	21/3/18	Fis	208
Rubrica			

Balanço Geral 2017
UG 710101

3.6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

- **Fornecedores Não Financiados a Pagar** - Valores a pagar não financiados, ou seja, em uma única parcela, aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da entidade.

3.7 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

- **Consignações**- Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.
- **Depósitos Não Judiciais**- Compreende os valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos, exceto depósitos judiciais.
- **Diárias a Pagar**- Valores relativos as diárias a pagar.



Processo Nº	711000.090118
Data	21/3/18 Fis 209
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

3.8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Resultados Acumulados	19.298.322,31	0,00
Total do Patrimônio Líquido	19.298.322,31	0,00

3.8.1 Resultados Acumulados – Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

RESULTADOS ACUMULADOS		
TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
Superávits ou Déficits do Exercício	9.914.883,79	
*Ajustes de Exercícios Anteriores	(274.906,95)	
Superávits ou Déficits Resultantes de		
Extinção, Fusão e Cisão	9.658.345,47	
Resultados Acumulados	19.298.322,31	0,00

- ***Ajustes de Exercícios Anteriores**

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2017, substancialmente, em função de:



Processo Nº	711000.090112
Data	2/3/18
Fis	210
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

a) Despesas Empenhadas no Elemento “92-Despesas de Exercícios Anteriores”:

São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

a. Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b. Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente (MCASP-7ª Edição-Parte I-Procedimentos Contábeis Orçamentários).

b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores.

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

Ajustes de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	Valor
Despesas Empenhadas no Elemento “92”	274.580,90
Total de Ajustes de Exercícios Anteriores	274.580,90



Processo N°	71100.09018
Data	01/3/18 Fis 211
Rubrica	

Balanço Geral 2017
UG 710101

- **Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial do período foi de R\$ 9.914.883,79 ante um resultado em 2016 de R\$ 0,00.

4-DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

4.1 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

A DVP, demonstra as Transferências Financeiras e Não Financeiras, conforme abaixo:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
	22.516.015,84	0,00	22.516.015,84
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
	0,00	371.857,13	371.857,13
TOTAL	22.516.015,84	371.857,13	22.877.872,97



Processo Nº	711000.090118	
Data	27/3/18	Fls 212
Rubrica		

Balanco Geral 2017
UG 710101

4.2 VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

4.3 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	710.126,63	710.126,63
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	35.720,00	35.720,00
TOTAL	0,00	745.846,63	745.846,63



Processo Nº	71100.090118
Data	27/3/18 FIs 213
Rubrica	

Balanco Geral 2017
UG 710101

5-DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
INGRESSOS	VALOR
5.1.1 Outros Ingressos operacionais	39.800.036,46
TOTAL	39.800.036,46

